



45

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2014

Primeira Guerra Mundial: Impactos sobre a economia e a sociedade brasileiras – 1914-1918

The impacts of the World War I on Brazilian economy and society – 1914-1918

MARIA ALICE ROSA RIBEIRO

Pesquisadora Colaboradora do Centro de Memória – Unicamp
Professora Adjunta da Universidade Estadual Paulista-UNESP (aposentada)
marr@terra.com.br

Resumo:

O artigo procura identificar as repercussões da Guerra Mundial de 1914-1918 sobre a sociedade brasileira. Aborda a mudança de posição do Brasil – de país neutro à declaração de guerra à Alemanha –, diante das agressões da guerra submarina germânica e das pressões de políticos e intelectuais brasileiros favoráveis aos países da *Entente*. O artigo enfatiza os impactos do conflito sobre a situação da economia brasileira, dependente do capital e do comércio exterior, frente à interrupção dos fluxos de exportação e importação. São analisadas as reações da política econômica, as mudanças na pauta do comércio exterior, o processo de substituição de importações e o crescimento da indústria. Por fim, analisam-se as repercussões sobre as condições de vida, carestia dos bens de consumo, o recrudescimento do movimento operário, a greve geral de 1917 e o esboço de uma primeira atitude, entre capitalistas e governo, de reconhecimento social e político das reivindicações trabalhistas.

Palavras chave:

Primeira Guerra Mundial (1914-1918); Brasil, economia primário-exportadora; crescimento industrial; inflação; movimento operário; greve de 1917.

Abstract:

The article aims at identifying the repercussions of World War I on Brazilian society. It deals with the Brazilian changing position – from neutrality to waging war against Germany, as an answer to German U-boat (submarine) aggression and to the pressure of Brazilian political and intellectual elites, which supported the *Entente*. The article emphasizes the impacts of war on the Brazilian economy, dependent upon foreign capital and foreign trade. The European war brought about a disruption of Brazilian primary export led economy. The economic policy adaptations, the change in imports and exports, the import-substitution process, industrial growth, are issues to be analyzed. Finally, the article focuses the repercussions on life conditions, inflation and labor movement, the 1917 strike and the first attitudes, among capitalists and government, of acknowledgement of social and political claims from labor movement.

Keywords:

World War I (1914-1918); Brazilian primary export led economy; industrial growth; inflation; labor movement; 1917 strike.

Às vésperas dos cem anos da eclosão da Primeira Guerra Mundial, a iniciativa do professor João Paulo Avelãs Nunes e das professoras Alda Maria Martins Mourão e Joana Brites de retomar este tema polêmico e dramático – uma das mais cruéis guerras do mundo – torna-se extremamente relevante. Os professores solicitaram-me que apresentasse no Seminário do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Ceis20, da Universidade de Coimbra, o tema “Os impactos da Primeira Guerra Mundial sobre a economia e a sociedade brasileiras”. Este texto amplia aquele propósito e percorre diversas dimensões da sociedade brasileira – cultural, política e econômica –, tentando identificar as repercussões dos acontecimentos europeus, as reações e as adaptações às mudanças do mundo, que se iniciavam naquele fatídico agosto de 1914. Mas as consequências do conflito no Brasil deixaram um rastilho de pólvora detonado na crise de 1929, marcando o encerramento de uma era da sociedade brasileira iniciada na segunda metade de século XIX.

O texto está dividido em três partes: na primeira, trato da posição de país neutro assumida pelo Brasil pelo Decreto n.º 11.037, de 4 de agosto de 1914, e das pressões para demovê-lo, a partir da agressões da Alemanha com o desencadeamento da guerra submarina; na segunda parte, abordo as interpretações do surto industrial provocado pela Primeira Guerra Mundial e da situação do comércio exterior abalado pela interrupção dos fluxos comerciais de importação e exportação e das mudanças provocadas na economia; por fim, na última parte, discorro sobre as manifestações operárias em São Paulo, a greve geral de 1917 e uma de suas vitórias: o reconhecimento do trabalho como uma questão social.

I. Uma história breve... da neutralidade à declaração de guerra

O Brasil foi o único país da América do Sul a declarar e a participar do conflito contra os Impérios Centrais (antiga Tríplice Aliança) – Impérios Alemão, Austro-Húngaro, Otomano e Bulgária –, aliando-se aos países da Tríplice *Entente* – Reino Unido, França e Império Russo. O rompimento da neutralidade, posição muito mais cômoda para o Brasil sustentar, foi declarado diante de uma série de provocações desencadeadas pelas ações da guerra submarina alemã, que resultaram em afundamento de três navios mercantes que operavam em zonas de bloqueio franqueadas a países neutros. O estopim aparente foi o afundamento do navio Paraná, com 4.466 toneladas, a maior embarcação da marinha mercante brasileira, que transportava café nas proximidades do Canal da Mancha. Três tripulantes morreram. Diante da agressão, o Brasil rompeu, no dia 11 de abril de 1917, as relações diplomáticas com a Alema-

nha, por meter “...a pique, contra todas as regras de direito internacional e contra todos os princípios de humanidade, o navio Paraná, que navegava sob pavilhão brasileiro e com tripulação brasileira” (REVISTA DO BRASIL, n. 16, p. 500-502, 1917).

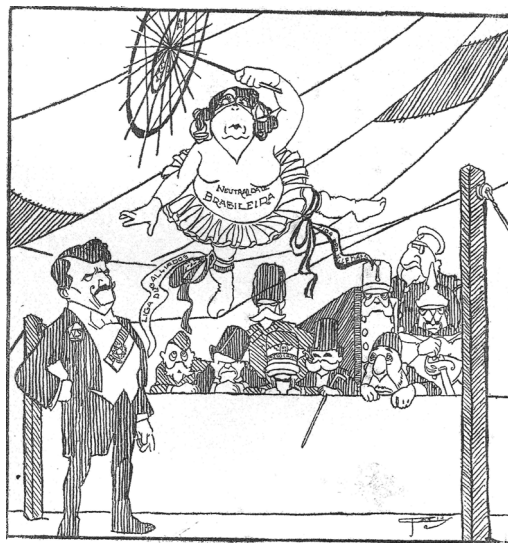
Apesar das reações da campanha da imprensa, de intelectuais e políticos pró-aliados, para que o Brasil abandonasse a neutralidade, a declaração de guerra somente foi assinada oficialmente pelo presidente da República, Venceslau Brás, em 26 de outubro de 1917. A resistência do governo ao rompimento integral e à entrada na guerra pode ser explicada por duas razões: pela presença do capital alemão na economia brasileira – capital financeiro: bancos alemães financiaram a primeira intervenção no mercado cafeeiro para a valorização do café¹; capital comercial: grandes firmas alemãs mantinham representantes nas principais cidades do País e empresas industriais alemãs atuavam no mercado brasileiro nas áreas de química, farmacêutica etc². E pela presença significativa de imigrantes alemães nos estados do sul do País: Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O próprio ministro das Relações Exteriores, Lauro Müller, de origem germânica, conduzia a política externa de forma moderada, sem grandes arroubos, tentando equilibrar-se na neutralidade.

Uma charge publicada na *Revista do Brasil* em abril de 1916 e aqui reproduzida na Figura 1 mostra bem a difícil posição sustentada pelo governo. Sob o olhar repressivo de presidente Venceslau Brás, a bailarina comenta que, se as **ligas** (menção à Liga Brasileira pelos Aliados (1915-1919) e a Liga de Defesa Nacional (1916-) continuassem a pressionar, o tombo seria inevitável...

Noutra caricatura, na Figura 2, aparece Lauro Müller, executando uma peça musical sob a regência do presidente norte-americano Woodrow Wilson. Os Estados Unidos haviam acabado de abandonar a neutralidade e declarado guerra, junto com os aliados, contra a Alemanha. Lauro seguia o seu ritmo na execução da partitura, o mesmo com que conduzia sua pasta, apesar dos apelos do seu maestro.

¹ “Em agosto de 1906, o governo paulista conseguiu do *Brasilianische Bank fur Deutschland* (em virtude da recusa da Casa Rothschild, banqueiros-credores tradicionais do Brasil, que se opunham ao plano de valorização e à Caixa de Conversão) um empréstimo de um milhão de libras esterlinas...” (Delfim Netto, 1981, p. 68).

² “Pneus – a empresa alemã Continental não produzia no Brasil, mas era uma das principais no mercado; química, farmacêutica e toaletes- Bayer (aspirina, carro chefe do marketing)” (Suzigan; Szmrecsányi, 1996, p. 260-283).

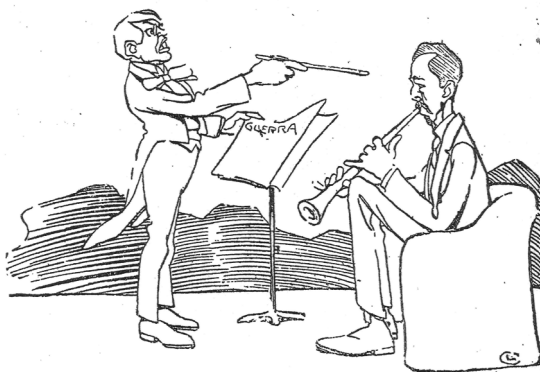


O EQUILIBRIO DIFFICIL
 O Artista — Si essas ligas continuam a me aperfurar as pernas, eu vou ao chão
 ("Gareta" — J. Carlos)

Figura 1 – A Neutralidade

Fonte: *Revista do Brasil*, v. I, ano I, n. 4, abril 1916, p. 463.

PRECISA-SE DE PROFESSORES
 DE ORCHESTRA ...



Wilson — Vamos. Mais vivo esse *alegro* ...

Lauro — Não lhe parece melhor fazer *alegro moderato* ? ...

("Jornal do Brasil" — Luiz)

Figura 2 – O Allegro moderato

Fonte: *Revista do Brasil*, v. IV, ano II, n.14, p. 228, fev. 1917.

Como se pode ver pelas caricaturas, a neutralidade ou “alegro moderato” era contestada pelos países aliados e pelos fundadores da Liga Brasileira pelos Aliados e pela Liga de Defesa Nacional, políticos e intelectuais, como Graça Aranha, Ruy Barbosa, Olavo Bilac, José Veríssimo etc. O mais proeminente dos intelectuais a favor da entrada do Brasil na guerra foi Graça Aranha, que se tornou um militante da causa e o grande divulgador da obra do francês André Chéradame – *O plano pangermanista desmascarado: a temível cilada berlinesa da partida nulla* (CHÉRADAME, 1917). Um ano depois de lançado na França, o livro chegou ao Brasil, traduzido pela Garnier, editora francesa, com prefácio de Graça Aranha. O autor relata sua investigação sobre as ações expansionistas da Alemanha desde 1895. Guilherme II foi o grande artífice do plano pangermanista do Império Alemão. A partir dos impérios centrais, sob seu controle, a Alemanha incorporaria partes territoriais em diversos continentes. Inclusive, partes da América do Sul – a parte meridional do Brasil, abrangendo os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e mais os países Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e parte da Bolívia, tornar-se-iam subordinados ao Grande Império Alemão, como a Figura 3 revela. A guerra europeia, segundo Chéradame, tinha por propósito concretizar as ambições do plano pangermanista do *kaiser* Guilherme II, e sua vitória significava a derrota das nações (MAGALHÃES, 1993, p. 142).

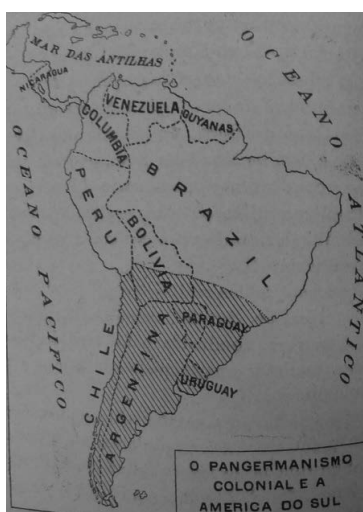


Figura 3 – Mapa do pangermanismo na América do Sul

Fonte: Chéradame, 1917, p. 290

Graça Aranha, em seu prefácio a favor do rompimento completo das relações entre Brasil e Alemanha, centra seu argumento na questão da nacionalidade.

Para a victoriosa afirmação do espírito nacional que resurge, a ruptura com a Alemanha era indispensável. [...] Entramos no período mais singular e mais difícil da nossa formação nacional. O futuro da nacionalidade brasileira exige a parada dessa infiltração alemã [...] Temos que resolver o povoamento do território dentro das forças da nossa nacionalidade e de todas as raças que buscam o Brasil a menos assimilável e a mais perigosa pelo seu poder de absorção é a raça alemã” (GRAÇA ARANHA, 1917, p. XXVI).

A guerra foi desencadeada, segundo Graça (1917, p. XXIV), “[...] por um povo que cobiça a dominação do mundo” assim, tenta aniquilar “o sentimento profundo da nacionalidade”. Para Graça Aranha, houve o despertar do nacionalismo, e a ressurreição da nação brasileira somente se faria, se o Brasil enfrentasse, junto com os aliados, as pretensões expansionistas do *kaiser*.

A questão da nacionalidade, o fortalecimento da nação brasileira, era retomada no discurso do senador Ruy Barbosa. Ao lado da defesa dos direitos das nações neutras, violados pela política alemã de guerra submarina, a questão da identidade nacional era enfatizada. No âmbito da guerra submarina, todos os países foram lançados à guerra, independentemente de sua vontade, pois a Alemanha abandonou a distinção entre nações beligerantes e neutras, argumentava Barbosa. Diante do “tratamento ilegal e bárbaro”, imposto pela Alemanha às nações neutras, Ruy Barbosa (1917, p. 512) assevera que tudo impunha a nossa participação na guerra: “[...] nesta crise universal, em que, a meu ver, se acha envolvida a duração do nosso regimen, a conservação do nosso território, a preservação na nossa nacionalidade”. E acrescenta:

É a guerra das nações contra os despotas. É a guerra da Gran-Bretanha, a mãe dos Parlamentos, da França, a mãe da revolução, da República norte-americana, a mãe das federações modernas, contra o kaiserismo teutônico e o sultanismo turco. É em summa a guerra da democracia contra a autocracia. A prova está na transformação moscovita. O throno dos czares cahiu, para que a coherencia liberal da grande alliança illuminasse em todo o esplendor da sua harmonia a luta gigantesca (BARBOSA, 1917, p. 519).

Além da *Revista do Brasil*, que reuniu intelectuais preocupados com temas ligados à identidade nacional e ao nacionalismo, surgiu, no mesmo período, em 1915 e 1916, a revista *Atlântida. Mensário Artístico, Cultural e Social*

para Portugal e Brasil, que buscava a formação de uma comunidade luso-brasileira literária, artística e social (GUIMARÃES, 2011, p.134-136). A aproximação do Brasil de Portugal baseou-se na defesa da latinidade contra o pangermanismo e na crítica ao expansionismo econômico alemão, que incluía as colônias portuguesas na África, Angola e Moçambique (CHÉRADAME, 1917, p. 273-278; PIRES, 2011, p. 13). Os diretores da *Atlântida*, o político português João de Barros e o escritor brasileiro, João do Rio ou Paulo Barreto, exploravam a ideia do papel de Portugal na “preservação da raça lusa e latinidade do país”, contraponto à ideia do germanismo. O “perigo alemão” ou o “pangermanismo” eram apontados como razões para o estreitamento das relações entre os países de língua latina, afora as semelhanças raciais e culturais que se tornavam elementos de composição da nacionalidade (PIRES, 2011, p. 14-15).

Diante das ações da guerra submarina alemã; das pressões dos aliados; da entrada de Portugal e dos Estados Unidos na guerra; das críticas por parte de políticos, intelectuais e da grande imprensa (*Jornal do Commercio, Jornal do Brasil, O Estado de S. Paulo* etc.), o governo, após a demissão de Lauro Müller, declarou guerra à Alemanha. Na Figura 4, na caricatura estampada na *Revista do Brasil*, a guerra é simbolizada pela figura feminina altiva que empunha a espada: “Brio Nacional – Jvstça”. À GUERRA!



Figura 4 – Declaração de Guerra

Fonte: *Revista do Brasil*, v. VI, ano II, n. 23, nov. 1917.

A participação do Brasil foi extremamente tímida, condizente com sua precária infraestrutura militar e tecnológica. Sua contribuição efetiva foi reduzida ainda mais pelo pouco tempo que permaneceu no *front* – dois meses antes do armistício. Para as operações terrestres, o governo brasileiro enviou um corpo de sargentos e oficiais do exército em missão preparatória para conhecer as modernas técnicas de organização de combate do exército francês. Um corpo médico com 92 profissionais foi enviado para a França em setembro. A contribuição da missão médica brasileira acabou sendo desviada para atender a população francesa que contraíra o vírus da gripe – a epidemia da gripe espanhola iniciava seu cortejo. Nas operações marítimas, foi criada a Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG), que se responsabilizou pelo patrulhamento do Atlântico sul. As operações começaram em agosto de 1918, com o patrulhamento do Atlântico da costa brasileira em direção à costa africana: Senegal, Serra Leoa, Cabo Verde até Gibraltar. Em Dacar, cerca de 90% da tripulação (total de 1.527) dos oito navios que compunham a divisão naval (dois cruzadores; quatro contratorpedeiros; um transporte tênder e um rebocador) contraíram o vírus da gripe espanhola, que resultou na morte de 125 ou 8,2%, a maior taxa de mortalidade pela espanhola em qualquer marinha de guerra (ALONSO, W., SCHUCK-PAIM, C., SHANKS, G. D. & ALMEIDA, F., 2013, p.13-15).

Em 1918, o então candidato à presidência da República, Rodrigues Alves, prevendo a longa duração do conflito, confiou a João Pandiá Calógeras um plano de financiamento para reforçar a participação do Brasil na guerra. Felizmente, o extravagante plano não chegou a ser posto em execução, abortado pela chegada do armistício. Embora eleito por ampla maioria de votos, Rodrigues Alves contraiu gripe espanhola e não pôde assumir a presidência. E, finalmente, contrariando toda previsão, o armistício veio mais cedo do que se esperava – em 11 de novembro de 1918. Assim, graças ao encerramento do conflito, o plano não foi executado, evitando que o Brasil fosse buscar crédito com os banqueiros norte-americanos para financiar sua participação no conflito, o que livrou o País de sair da guerra completamente endividado.

Grças ao envolvimento no conflito, o Brasil garantiu representação na Conferência de Paz, foi um dos países que assinou o Tratado de Versalhes e tornou-se um dos fundadores da Liga das Nações. Como compensações pela participação na guerra, o Brasil obteve: a indenização e o pagamento dos juros, das sacas de café perdidas nos navios afundados pelos submarinos alemães; a indenização das sacas de café depositadas nos portos da Alemanha e da Bélgica, confiscadas pelos alemães; e a incorporação à frota brasileira de 70 navios dos países da Tríplice Aliança, apreendidos em águas brasileiras (BARRETO, 2003)

II. Impactos da Primeira Guerra Mundial na economia brasileira

O impacto da Primeira Grande Guerra na economia brasileira sempre foi um tema caro à historiografia econômica e, ao mesmo tempo, extremamente polêmico, pois se tratava de um “desequilíbrio externo”, ou seja, de uma forte retração da demanda externa, da procura dos países centrais pelas exportações brasileiras e da oferta externa, do suprimento de bens manufaturados dos países centrais para a produção e o consumo no Brasil. Por ambos os lados, pela oferta e pela demanda, a economia brasileira necessariamente era afetada, porém o quanto e o que representou esse evento na economia brasileira são questões difíceis de serem respondidas, por inexistirem estatísticas sobre a produção agrícola do Brasil anterior a 1920 e pela falta de qualidade dos dados do censo industrial de 1907, o único realizado antes de 1919 (ALBERT, 1988, p. 91; VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 142). Essa é uma das razões de a polêmica arrastar-se por anos a fio e de historiadores econômicos retornarem ao tema a cada descoberta de um dado estatístico, mesmo que se refira restritivamente a um setor específico da economia. A discussão reacendia, pois a descoberta tirava razão de um dos lados para dar ao outro; e assim por diante. Não tenho a pretensão de trazer uma descoberta surpreendente, que irá lançar por terra todas as demais interpretações. Longe disso, pretendo apenas sintetizar a discussão e ressaltar os argumentos mais consistentes com as evidências empíricas.

Uma das primeiras interpretações dos efeitos da Primeira Guerra Mundial sobre a economia brasileira aparece na obra de Roberto Simonsen: “a guerra europeia deu um **novo e decisivo** impulso à evolução da indústria paulista” (SIMONSEN, 1973, p. 48, grifos meus). Simonsen alerta, entretanto, que a indústria brasileira não se originou nos anos da Primeira Guerra Mundial. Para ele, a expansão cafeeira propiciou a formação de capitais, que, junto com a política cambial, tarifária e com a política de expansão do crédito no início do governo republicano (encilhamento), criaram as bases para o primeiro surto industrial entre 1885 e 1892³. O autor apresenta os dados sobre a fundação de empresas industriais para comprovar que “não procede a afirmação de que a indústria brasileira originou-se apenas da guerra europeia” (SIMONSEN, 1973, p. 20). Das firmas recenseadas em 1926, 46,5% em número e 24% em capital tinham sua origem nos anos de 1914 a 1919. O desabastecimento provocado pela guerra estimulou o nascimento de pequenas empresas, principalmente

³ Portanto, não é correto atribuir a Simonsen a afirmação de que as primeiras tentativas industrializantes ocorreram na Primeira Guerra Mundial, como fazem crer Versiani e Versiani (1977, p. 121) e Suzigan (2000, p. 25).

em São Paulo. Do total de 13.334 estabelecimentos recenseados em 1920, 5.936 surgiram durante a guerra. Apesar de constatar o papel relevante da Primeira Guerra Mundial para a indústria, Simonsen (1973, p. 20, p. 25-26, p. 47) afirma que “a maior evolução industrial dar-se-ia, porém, nos últimos 18 anos”, ou seja, entre 1920 e 1938. Não se pode esquecer que o autor escreveu o livro *A evolução industrial do Brasil*, em 1939.

O efeito positivo da guerra sobre a indústria em alguns países da América Latina e no Brasil foi retomado na formulação de uma possível explicação para a industrialização da América Latina. Prebisch afirma, em seu estudo “O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais”, de 1949, que, para o sistema econômico mundial, baseado na divisão internacional do trabalho, não havia espaço para a industrialização dos países da periferia, fadados a produzirem alimentos e matérias-primas para exportarem para os grandes centros industriais. Porém, as duas guerras mundiais, no intervalo de uma geração, e a crise econômica profunda entre elas mudaram a realidade, e a periferia industrializou-se, destruindo o antigo esquema da divisão internacional do trabalho, em vigor desde o século XIX. Embora não trate pontualmente da Primeira Guerra Mundial, Prebisch lhe atribui papel importante na industrialização da América Latina.

Para Prebisch, os três acontecimentos mundiais – Primeira Guerra Mundial, a grande depressão dos anos de 1930 e a Segunda Guerra Mundial – “demonstraram aos países da América Latina suas possibilidades, ensinando-lhes de maneira decisiva o caminho da atividade industrial” (PREBISCH, 2000, p. 71). Argumenta que a industrialização dos países novos “não constitui um fim em si, mas o **único meio** de que estes [países novos] dispõem para ir captando uma parte do fruto do **progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas**” (PREBISCH, 2000, p. 72, grifos meus). É importante frisar que Prebisch não vê o crescimento industrial como incompatível com o desenvolvimento da produção primária e da atividade do comércio exterior; ao contrário, ele afirma: “Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital” (PREBISCH, 2000, p. 73). Nesse texto, um dos fundadores do pensamento cepalino (Comissão Econômica para a América Latina) – CEPAL –, não há a ideia de que somente a crise no comércio internacional abra a possibilidade ao desenvolvimento da periferia.

Durante a Primeira Guerra Mundial, segundo Furtado, ocorreu a “primeira fase de aceleração do desenvolvimento industrial” e, ao mesmo tempo, teve início o processo de concentração da indústria no estado de São Paulo, com a

subsequente perda da importância das indústrias de outras regiões, diante da concorrência das empresas paulistas (FURTADO, 1974, p. 238). Há uma convergência entre a interpretação de Furtado e a formulada por Simonsen: o conflito bélico dos anos de 1914 a 1918 trouxe um impulso positivo para a indústria brasileira, mas, em especial, para a paulista. Furtado não se preocupa em explicar o surgimento do capital industrial anterior à Primeira Guerra Mundial; a existência da indústria é apresentada como um dado da realidade. Cabe ao leitor deduzir, a partir da análise furtadiana da formação econômica do Brasil, escrita em 1959, a origem da indústria. Do clássico livro de Furtado pode-se extrair que o surgimento da indústria está intimamente ligado à dinâmica ditada pelo setor primário exportador, em especial, pela economia exportadora cafeeira, responsável pela geração da renda, pela introdução do trabalho assalariado, pelo nível de emprego e pela diversificação da atividade produtiva, desde o último quartel do século XIX.

Em 1969, Dean, no seu estudo sobre a industrialização de São Paulo, contesta a interpretação positiva dos impactos da guerra sobre a indústria e conclui que, ao invés de ser um estímulo ao crescimento industrial, a Primeira Guerra Mundial foi um empecilho, em razão das restrições à importação de bens de capital, matérias-primas e combustíveis fundamentais para a promoção do crescimento industrial. A partir de sua crítica, Dean formula uma teoria da industrialização – o crescimento industrial encontra estímulo nos momentos de auge exportador, quando o comércio internacional opera sem crises e sem entraves. Sua assertiva é de que “o comércio do café gera a indústria”; obviamente, a explicação de Dean é para o caso de São Paulo, e não para o Brasil. Dean compara o crescimento industrial com o crescimento do setor de exportações e constata que eles seguem o mesmo sentido, são diretamente proporcionais, e não o contrário. Ao final, para enterrar de vez as interpretações que consideram o período bélico como promotor do crescimento industrial, Dean lança a pergunta “[...] se a industrialização de São Paulo não se teria processado mais depressa se não tivesse havido a guerra” (DEAN, 197-, p. 91-114). Obviamente, para seu formulador, a resposta é sim. Se não tivesse ocorrido a guerra, a indústria paulista teria crescido mais depressa. Mas isso não é questão para ser respondida por historiadores econômicos, afinal não é do ofício do historiador explicar fatos não ocorridos – cabe a ele interpretar os acontecimentos, e não os não acontecimentos.

As duas interpretações antagônicas sobre a mesma circunstância histórica balizaram o debate sobre o impacto econômico da Primeira Guerra Mundial. O debate até aqui parece mal concebido, a situação da indústria ao tempo da deflagração da guerra pouco foi analisada. Apenas Dean preocupou-se em

analisar em detalhe a origem e a estrutura industrial antes da guerra e mostrar como o crescimento do comércio exportador cafeeiro foi capaz de gerar o capital industrial. Mostrou que, entre 1905 e 1913, houve crescimento da indústria, pois os empresários industriais expandiram as fábricas, com o aumento de importações de bens de capital, máquinas e equipamentos. A guerra pôs fim a essa expansão, provocou o refluxo do capital estrangeiro e trouxe dificuldades para importar bens de capital, combustíveis e matérias-primas essenciais para os processos manufatureiros. Villela e Suzigan concordam com Dean. De fato, a crise do comércio exterior empurrou para baixo os preços do café e da borracha, os dois principais produtos de exportação, que correspondiam a 79% do total do valor das exportações na década de 1901/1909, e afetou negativamente a capacidade do País para importar (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 138). Além disso, os países envolvidos no conflito, os principais parceiros do intercâmbio comercial com o Brasil (Inglaterra, Alemanha e França), elevaram os preços das mercadorias e dos fretes – ou pior: tiveram de parar de ofertar produtos manufaturados para o Brasil.

Os autores, entretanto, divergem de Dean, ao mostrarem que a indústria, como havia se equipado e elevado sua capacidade produtiva no período anterior à guerra, pôde enfrentar as dificuldades para importar bens de consumo, suprindo o mercado interno por meio do aumento da produção, com a utilização da capacidade produtiva subutilizada. Assim, a guerra alcançou a indústria num momento favorável, em que esta expandira seu potencial produtivo e, por isso, tinha plenas condições de abastecer o mercado interno com bens de consumo e alguns insumos básicos. Villela e Suzigan assim distinguem os impactos da guerra sobre a indústria: um, negativo – a guerra inibiu a expansão da capacidade produtiva, pois interrompeu o suprimento de bens de capital; outro, positivo: ela permitiu o aumento da produção industrial para atender o mercado interno, graças à utilização da capacidade produtiva subaproveitada e à existência de um mercado consumidor interno de dimensão significativa, que deixara de ser abastecido pelas importações de bens de consumo – alimentos, têxteis de algodão, vestuário, calçados, chapéus etc. Em alguns casos, a indústria brasileira pôde aumentar a produção e atender a demanda dos países aliados, como no caso da exportação de carnes congeladas, frigorificadas e enlatadas; de açúcar refinado; de tecidos; de matérias-primas, manganês e madeira (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p.135).

Versiani e Versiani (1977, p. 123, p. 124, p. 125, p. 126), no estudo do setor têxtil, afirmam que, no processo de industrialização, nem sempre o aumento do produto e a expansão da capacidade produtiva ocorrem concomitantemente – podem ocorrer em momentos distintos. Na evolução da indústria

têxtil, os autores observaram “uma sucessão de fases distintas de expansão da capacidade produtiva e de aceleração da produção”. Elas não necessariamente ocorrem ao mesmo tempo, mas com certa defasagem: a expansão da capacidade produtiva ocorreu antes da guerra, e o aumento ou a aceleração da produção, durante o período da Primeira Guerra Mundial. Ambos os momentos foram necessários e complementares, no caso da produção têxtil. Segundo os indicadores do produto industrial para quatro setores: têxtil, fumo, bebidas e vestuário, que utilizavam predominantemente matéria-prima nacional, à exceção do ano de 1914, quando a produção industrial teve queda acentuada, nos anos de 1915 a 1919, ela se manteve acima do período anterior à guerra – anos 1911 e 1912 –, embora com oscilações. A participação da indústria têxtil passou de 24% para 29% na geração do produto industrial (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 437).

De modo geral, pode-se afirmar, com os dados de que se dispõe, que a indústria foi positivamente afetada pela crise do comércio exterior durante o conflito bélico, porém surgiram problemas localizados, que afetavam negativamente alguns setores industriais, principalmente aqueles dependentes de matérias-primas e combustíveis (carvão mineral) importados, que tiveram sua oferta reduzida ou suprimida. As importações brasileiras entre 1914-1918 tiveram uma redução de 55,4% no *quantum*, em relação ao período de 1911-1913, e bens de capital tiveram a maior queda: 78%; bens de consumo, 55%; matérias-primas, 52%; por fim, combustíveis tiveram a menor queda: 35% (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 144).

À medida que a guerra se alongava, o estoque de matérias-primas e de combustíveis, essenciais para o processo produtivo, esgotava-se, e a substituição por produtos nacionais não era imediata. A produção doméstica inexistia, era insuficiente, ou a qualidade do recurso natural não era apropriada ao uso industrial, como no caso do carvão nacional, de baixo poder calorífico. A partir de 1917, com os estoques reduzidos, os setores mais dependentes da oferta externa de insumos e combustíveis foram negativamente afetados.

Além da existência do mercado interno, um elemento favorável ao crescimento do produto industrial foi a demanda dos países aliados, que estimulou as exportações industriais de carnes congeladas, banha, açúcar refinado e tecidos. Antes da guerra, o valor da exportação dessas mercadorias era de 2%; em 1918, ele atingiu 16% do valor total das exportações brasileiras (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 147).

O caso mais emblemático da ação da demanda externa na promoção do crescimento industrial foi no novo setor de carnes frigorificadas. O setor foi instalado por meio de investimentos, compra de máquinas e equipamentos,

realizados antes da guerra, entre 1910 e 1913, com apoio governamental⁴ (SUZIGAN, 2000, p. 349-361). Durante a Primeira Guerra Mundial, seis plantas industriais entraram em operação, duas em São Paulo (Cia Frigorífica e Pastoril de Barretos, Wilson & Co. de Osasco); duas no Rio de Janeiro (Frigorífico Anglo) e duas no Rio Grande do Sul (Armour & Co. e Swift & Co.). A primeira firma a entrar em operação foi a de Barretos, em 1913, a Cia Frigorífica e Pastoril de Barretos, de propriedade do Conselheiro Antonio Prado, um dos maiores fazendeiros e comerciantes de café de São Paulo, e de Alexandre Siciliano, proprietário da Cia Mecânica e Importadora de São Paulo⁵. A companhia frigorífica articulou uma completa cadeia produtiva: a engorda de gado nas fazendas de Antonio Prado, em Barretos (o gado era adquirido em Minas Gerais e Mato Grosso); o abatedouro frigorificado, em Barretos; o transporte em vagões de carga refrigerada da Cia Paulista de Estradas de Ferro⁶; e, por fim, a instalação de armazéns com câmaras frigorificadas, na capital e em Santos. Desde o seu começo, a companhia Pastoril visava produzir carne frigorificada para abastecer o mercado internacional, à semelhança das bem-sucedidas empresas argentinas e uruguaias. Em 1914, a firma fez sua primeira remessa para a Grã Bretanha. Em seguida, para França, cujo contrato de fornecimento foi articulado por Graça Aranha, que se tornara muito ligado à família Prado. Da relação de amizade com Paulo Prado, dos interesses culturais literários e artísticos, passou para os interesses econômicos. Por ter trânsito no meio diplomático na França e na Inglaterra, onde fora secretário de Joaquim Nabuco e vivera por muitos anos, Graça Aranha foi encarregado por Antonio Prado de fazer as negociações da venda de carne frigorificada e congelada na Europa. Graça Aranha tornou-se empregado da família mais rica de São Paulo e auxiliava na elaboração de contratos de encomendas dos países aliados. No período bélico, o mercado europeu abriu grandes oportunidades para a recém-fundada companhia expandir e acumular lucros⁷.

⁴ Concessão de favores e subsídios tais como: importação livre de impostos de máquinas e materiais não produzidos no Brasil; livre acesso a terra para a construção dos frigoríficos e matadouros; e subsídios para as operações de processamento, armazenagem e transporte (Suzigan, 2000, p. 351).

⁵ Alexandre Siciliano tinha interesses diversos no comércio importador, na cafeicultura e em ferrovias. Foi um dos idealizadores do plano de valorização do café (Convênio de Taubaté) (Dean, p. 82, 83; Suzigan, 2000, p. 352).

⁶ Antonio Prado era um dos principais acionista e presidente da Cia de Estradas de Ferro Paulista.

⁷ Por esta sua nova façanha, negociador de contratos de exportação de carne frigorificada da

Não resta dúvida de que o setor mais severamente afetado de imediato foi o comércio exterior. A guerra repercutiu no fluxo de mercadorias, exportações e importações e no fluxo monetário, na entrada de capitais estrangeiros e nos pagamentos, ao exterior, das amortizações de empréstimos e dos serviços da dívida brasileira.

Antes mesmo da deflagração da guerra, os principais produtos de exportação do Brasil, café e borracha⁸, já vinham sofrendo queda dos preços no mercado internacional; a guerra contribuiu para dar continuidade à tendência de declínio. Em 1913, depois de um longo período de superávit (1901-1912), foi registrado déficit da balança comercial brasileira, as importações superaram as exportações em dois milhões e quatrocentos mil de libras esterlinas. O déficit, em parte, pode ser explicado pela queda de preços do café e da borracha e pela pressão das importações, que vinham aceleradas, desde 1910, ao passo que as exportações se estabilizaram. Em 1914, o superávit retornou, devido mais à drástica redução das importações (47%), que passaram de sessenta e sete milhões e duzentos mil de libras esterlinas, em 1913, para trinta e cinco milhões e quinhentos mil de libras esterlinas, em 1914, do que pela queda das exportações (28%), que, de sessenta e quatro milhões e oitocentos mil de libras esterlinas decresceram para quarenta e seis milhões e quinhentos mil de libras esterlinas, em 1914 (DELFIN NETTO, 1981, p. 93-94; SUZIGAN, 2000, p. 442).

Entre 1915 e 1918, o saldo da balança comercial foi positivo, graças à diversificação da pauta de exportações, que incluiu bens que antes não tinham importância ou não constavam, como carnes processadas, tecidos, produtos agrícolas e minerais. A guerra teve um efeito favorável sobre o comércio externo, como também sobre a produção agrícola, pois estimulou a substituição de importações de arroz, feijão, batata e milho⁹, antes importados pelo Brasil. Entre 1916 e 1918, o Brasil tornou-se exportador desses alimentos. As

firma da família Prado, Lima Barreto nomeava Graça Aranha de “caixeiro viajante dos Prados” (Waldman, 2009, p. 161-162).

⁸ A borracha já vinha sofrendo com a concorrência asiática desde 1910, não havia nada a fazer. A produção asiática, em 1908, representava 3% da produção mundial, em 1914, 60% e em 1919, 90%. A produção asiática destruiu a produção de borracha natural brasileira que passou de 40% do mercado mundial, em 1910, para 4,8% , em 1919. Firms alemãs transportavam 60% da borracha brasileira com guerra, foram proibiram de operarem. Essas firmas passaram a constar da lista negra de firmas inimigas ditada pela Grã Bretanha. De acordo com Albert, a guerra acelerou o processo de declínio que já estava em curso (Albert, 1988, p. 85-7).

⁹ Segundo Villela e Suzigan, o rendimento do milho por hectare superou o norte-americano. Na avaliação para a safra de 1916/17, o rendimento do milho no Brasil foi de 16,9 quintais e, nos Estados Unidos, na safra de 1916, 15,3 quintais (Villela; Suzigan, 2001, p. 142).

estatísticas de comércio exterior compensam a inexistência de dados sobre a produção agrícola antes de 1920; com base nelas, Villela e Suzigan concluem que houve queda na importação de gêneros alimentícios e aumento das exportações, gerando superávits (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 143). Albert (1988, p. 91) sustenta que as exportações de gêneros alimentícios foram realizadas em detrimento do consumidor brasileiro, porque a expansão da produção daqueles alimentos básicos era insuficiente para abastecer, ao mesmo tempo, a demanda dos países aliados e do consumidor brasileiro. Para o autor, repousa aí a razão do aumento dos preços dos alimentos.

O desempenho favorável da balança comercial, saldo positivo durante a guerra, sugere que o impacto da guerra foi positivo sobre as exportações brasileiras, que se diversificaram e compensaram a queda dos principais produtos de exportação, até então: café e borracha. De acordo com Albert (1988, p. 59), na estrutura das exportações entre 1908 e 1912, o café representava 54,2% e a borracha, 27,9%; entre 1915 e 1920, o café respondia por 47,4% e a borracha, por 8,8%. Um dos fatores que auxiliaram na queda das exportações de café, segundo Albert (1988, p. 79), foi a proibição feita pelos aliados de suprir o mercado alemão, que absorvia 22% das exportações desse grão¹⁰. A principal firma de exportação, responsável por 20% da comercialização do café brasileiro, Theodor Wille, de origem alemã, foi posta na lista negra de firmas dos países inimigos¹¹, tornando impossível seu funcionamento. Se as exportações aumentaram de valor e diversificaram-se, compensando a queda da exportação dos produtos tradicionais, com as importações ocorreu um movimento inverso: reduziram-se, sobretudo, as de bens de capital.

As transações da economia brasileira com o resto do mundo, registradas no balanço de pagamento – em especial, das contas da balança comercial, de serviços e de movimento de capitais – refletem a situação econômica do País e permitem avaliar os impactos sobre as finanças públicas e a política monetária. Para compensar a queda das exportações do café, o governo abandonou a política de contenção monetária e promoveu a desvalorização do mil-réis

¹⁰ O café sentiu plenamente o impacto do bloqueio dos aliados para impedir o abastecimento das nações inimigas, em 1916. A reação germânica foi a guerra submarina, em 1917 (Albert, 1988, p. 81).

¹¹ Os aliados, em especial, a Inglaterra liderou a organização da lista negra de firmas de países inimigos. Segundo Albert (1988, p. 82-83), em 1918, constavam na lista 500 firmas. A política britânica de destruição do comércio alemão criou uma dificuldade imensa para os negócios brasileiros, pois as firmas alemãs ocupavam posições de importância na estrutura econômica na infraestrutura comercial – bancos e comércio exterior.

entre 1914-1916, com o objetivo de proteger a renda dos cafeicultores, abalada pela diminuição dos preços do produto no mercado internacional.

A queda das importações, também registrada no balanço de pagamentos, afetou as rendas públicas, uma vez que o governo da união tinha como sua principal fonte de receita a arrecadação do imposto sobre as importações. Consequentemente, a redução destas provocou diminuição na receita pública. Para compensar, o governo federal impôs a elevação das alíquotas do imposto sobre o consumo e a ampliação da cobertura, sujeitando novos produtos à tributação. O resultado foi que a participação do imposto de consumo na receita tributária da união passou de 13%, em 1912, para 32%, em 1918, enquanto o imposto de importação, de 71%, em 1912, decresceu para 46%, em 1918. Mesmo com a elevação da tributação, houve queda da receita global de 39% para 23% entre aqueles anos. Durante todo o período bélico, a administração pública operou com déficit orçamentário e, para cobri-lo, o governo abandonou a política de restrição monetária e passou a emitir papel-moeda, o que desvalorizava, mais ainda, o mil-réis (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 139).

A partir da deflagração da guerra, os capitais estrangeiros de empréstimos e de investimento deixaram de financiar os gastos em investimentos, públicos e privados, na economia brasileira, o que provocou a falta de liquidez de divisas. A desvalorização do mil-réis reforçou a falta de divisas. Como resultado, as condições para honrar os compromissos com o pagamento da dívida (pública e privada) e seus encargos financeiros foram duramente comprometidas. Segundo Villela e Suzigan, o País precisava ter o equivalente a 10 milhões de libras esterlinas para realizar os pagamentos ao exterior (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 135). Restou ao governo negociar um acordo com os credores para consolidar a dívida. Finalmente, um segundo *funding loan*¹², que suspendeu por 13 anos os pagamentos das dívidas externas, foi assinado em outubro de 1914. Sem dúvida, o acordo contribuiu para aliviar a crise cambial, dando maior tranquilidade ao governo para implementar uma política monetária expansionista, via emissão de moeda-papel e desvalorização da moeda nacional, que levou ao agravamento do quadro inflacionário¹³. Segundo Del-

¹² O segundo *funding loan* foi assinado em 19 de outubro de 1914, no governo do presidente Hermes da Fonseca (1910-1914), pelo Ministro da Fazenda, Rivadavia da Cunha Correa (1913-1914). O contrato previa o empréstimo de 14 milhões e quinhentos mil de libras esterlinas e a suspensão, por 13 anos, do pagamento de serviços e amortizações da dívida consolidada (Villela; Suzigan, 2001, p. 324).

¹³ Desde 1898, quando foi feito primeiro *funding loan*, no governo do presidente Campos Sales (1898-1902), quando era Ministro da Fazenda Joaquim Murinho (1898-1902), o governo

fim Netto (1981, p. 95), uma parte importante das emissões realizadas em 1914 foi para acalmar o sistema bancário, que entrara em pânico com a eclosão da guerra.

Depois de quase três anos de conflito, de destruição da economia europeia e colapso nas relações comerciais internacionais, as coisas tornaram-se mais difíceis. A inflação recrudescceu por conta da emissão de papel-moeda, da elevação dos preços internos e externos e da desvalorização do mil-réis.

Para piorar a situação, era anunciada uma supersafra de café (safra de 1917/1918), que, necessariamente, diante da demanda internacional reprimida¹⁴, levaria os preços para baixo do custo médio de produção. O Brasil detinha 75% da produção mundial de café. A safra anunciada era de 15 milhões de sacas; somando-se a elas o estoque, no porto de Santos, de 6 milhões de sacas, resultava uma oferta volumosa, 21 milhões de sacas, muito acima do que o mercado mundial poderia consumir, em torno de 13 milhões de sacas. Diante do recrudescimento da guerra submarina, o Brasil tinha condições de exportar de 7 a 11 milhões de sacas.

Uma segunda operação de valorização do café foi articulada entre os governos federal e o paulista, para manter a renda do setor cafeeiro. O governo federal emitiu papel-moeda e emprestou ao governo paulista, que comprou 3 milhões de sacas, retirando-as do mercado, no segundo semestre de 1917, para evitar a queda do preço¹⁵. Mas o que salvou, mesmo, o preço do café foi um acidente climático inesperado – a geada de julho de 1918 –, que dizimou a metade dos pés de café e prejudicou 30% da colheita. Na sequência da quebra da safra, os estoques foram sendo vendidos e, ao final da guerra, em novembro de 1918, o desequilíbrio entre a oferta e a demanda no mercado cafeeiro havia desaparecido. Em setembro de 1918, o preço começou a recuperar-se; em novembro, era de 10,7cents/libra-peso; em dezembro, 17,3 cents/ libra-peso; em julho de 1919, chegou a 22,8 cents/ libra-peso. A oferta e a demanda equilibraram-se, em consequência de a oferta brasileira ter-se reduzido à metade nos dois anos seguintes e a procura externa ter-se recuperado com o fim da guerra (DELFIN NETTO, 1981, p. 98-101).

federal não fazia uso da emissão de papel-moeda, mantendo uma política de contenção monetária (Delfim Netto, 1981, p. 95).

¹⁴ A Inglaterra anunciara a suspensão de todas as importações de café e de cacau (Albert, 1988, p. 81).

¹⁵ Conta Delfim que foi assinado um acordo com o governo francês para o fornecimento de 2 milhões de sacas, o que também ajudou a melhorar a situação (Delfim Netto, 1981, p. 96).

Infelizmente, a operação para sustentação da cafeicultura era financiada por meio da emissão de papel-moeda, que implicava estímulo à inflação suportada por toda a população – provavelmente, com mais dificuldades do que os cafeicultores – e pelos cafeicultores, que lucraram com a manutenção ou a elevação dos preços do café.

Não se pode dizer que a inflação fosse uma peculiaridade da sociedade brasileira. Na Europa e nos Estados Unidos, a inflação acelerou-se a partir de 1916, chegando ao seu ápice em 1920. Os preços no atacado, na Inglaterra, passaram do índice de 100, em 1915, para 178, em 1918, e para 232, em 1920. Nos Estados Unidos, o índice de preços passou de 100, em 1915, para 189, em 1918, e para 222, em 1920 (DOLFIM NETTO, 1981, p. 98).

No Brasil não há um índice do movimento de preços para o período da guerra. Desde 1912, o serviço de Estatística do Ministério da Fazenda calcula um índice de custo de vida para o Rio de Janeiro. O comportamento desse índice variou de 100, em 1915, para 150, em 1920. É difícil dizer que esse indicador do custo de vida refletisse com fidelidade a realidade, mas ele parece mostrar que os preços internos subiram menos do que os externos (DOLFIM NETTO, 1981, p. 100).

Sem dúvida a sociedade brasileira absorveu a inflação externa, por meio das importações de bens de consumo, diretamente, como alimentos: farinha de trigo, base da alimentação da população urbana; insumo para a elaboração de pão, de massas etc. Albert (1988, p. 91) constata que o preço da farinha de trigo cresceu 42% no período e os preços do feijão, do arroz e do milho exportados para os países aliados cresceram para o consumidor brasileiro, pois a exportação foi feita em detrimento do consumo doméstico; logo, a oferta restringiu-se diante da demanda, empurrando os preços para cima. A inflação externa também foi absorvida pela população, indiretamente, na transferência dos preços das importações de bens de capital, insumos e combustíveis para os preços dos bens de consumo produzidos internamente e adquiridos pela população. O aumento da tributação, em especial, dos impostos indiretos, imposto de consumo, necessariamente foi transferido pelos produtores para os consumidores, pelo mecanismo de ajuste de preços.

Mais do que os indicadores ou as suposições dos comportamentos dos preços na economia, o movimento social e as manifestações de descontentamento do operariado das grandes cidades colocaram em evidência a deterioração das condições de vida e de trabalho.

III. 1917 – Eclusão da questão social

As fotografias revelam uma massa compacta e unida pelos sentimentos de contestação, de revolta e de inconformismo. Essa é a imagem que vem à memória daqueles dias de julho na cidade de São Paulo¹⁶.

No ano de 1917 explodiu a insatisfação dos trabalhadores urbanos. O movimento adquiriu proporções que ameaçaram a paz da burguesia industrial e comercial e do governo estadual. A greve geral e as dimensões das passeatas e dos protestos desestabilizaram a elite e colocaram em xeque a forma como eram tratados o operário e os trabalhadores em geral. A elite, os proprietários e os capitalistas, e o próprio Estado enxergavam os trabalhadores com indiferença e dispensavam tratamento à base da exploração sem limite e da repressão policial e da deportação. Ignoravam os direitos dos trabalhadores; embora o direito trabalhista propriamente dito não estivesse instituído em legislação própria, existiam regulamentações específicas sobre o trabalho e sobre as condições de trabalho incorporadas ao Código Sanitário de 1894, 1911 e 1917, ainda que bastante duras para os trabalhadores¹⁷. Porém, as regulamentações não eram cumpridas nas fábricas, nos estabelecimentos comerciais e nos locais referidos na legislação. A lei não passava de um papel brandido vez por outra por algum inspetor sanitário e pelos trabalhadores, mas efetivamente continuava sem o reconhecimento por parte da elite.

No Código Sanitário de 1894, a ênfase era a preservação da higiene e da salubridade nas fábricas e nas oficinas, e dois artigos proibiam o emprego fabril de crianças menores de 12 anos; encarregavam as autoridades da liberação de trabalhos compatíveis para menores entre 10 anos e 12 anos; e proibiam o trabalho noturno de crianças de 15 anos e de mulheres menores de 21 anos. Já o regulamento sanitário de 1911 proibiu o trabalho noturno de menores de 18 anos, mas endurecia no que diz respeito ao trabalho diurno de menores, ao reduzir a idade mínima para 10 anos em “trabalhos leves”. Em 1917, a reforma no regulamento sanitário incorporou medidas de maior proteção ao trabalho do menor: elevou a idade de admissão para 12 anos e definiu os serviços vedados: em fábricas de bebidas, em maquinismos perigosos e transporte de carga, em serviços de impressão, tipográficos e litográficos e em indústrias insalubres e perigosas. Incluiu alguma proteção ao trabalho da mulher: vedava

¹⁶ Neste artigo trato dos acontecimentos na cidade de São Paulo. As greves ocorreram nas principais cidades do País: Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

¹⁷ Sobre o Código Sanitário de 1894 e 1911, ver Ribeiro, 1988, p. 147-170; Ribeiro, 1993, p. 109-115 e Cordeiro (Org.) 2010, p. 15-90 e anexo – Código Sanitário de 1894.

o trabalho noturno sem limite de idade e coibia o trabalho no último mês de gravidez e no primeiro do puerpério. Apesar de branda em seus dispositivos e omissa, alguma legislação existia. Porém a fiscalização que recaía sobre os inspetores sanitários, médicos alocados no Serviço Sanitário do estado, era inexistente ou precária. Muitas vezes os inspetores sanitários eram impedidos pelos proprietários de entrar na fábrica ou no estabelecimento (RIBEIRO, 1988, p. 152-156).

Era na limitação das horas de trabalho e na fixação de um salário mínimo necessário à subsistência da família que se encontravam as maiores omissões. No Código Sanitário de 1894 havia um artigo que se referia à duração das horas de trabalho, limitando em 12 horas por dia para o operariado das fábricas e das oficinas. Obviamente, o dispositivo nunca chegou a ser cumprido e foi eliminado dos regulamentos seguintes. Sua eliminação contou com a pressão dos industriais que evocavam o princípio da “liberdade de trabalho”; a restrição da jornada de trabalho era uma medida impensável, pois impunha limites à livre determinação do capital na organização do processo de trabalho (RIBEIRO, 1988, p. 163). Uma das principais bandeiras da greve de 1917 era o estabelecimento da jornada de 8 horas por dia para todo o operariado. A jornada em vigor, em 1917, era superior a 10 horas diárias.

A carestia – o aumento dos preços dos produtos básicos de subsistência: pão, farinha de trigo, feijão, arroz, milho etc. – inflou os ânimos dos operários e dos trabalhadores em geral, que tinham entre suas reivindicações o aumento de salários para acompanhar a redução do salário real, imposta pelo aumento do custo de vida. Essa é uma das razões mais citadas para da explosão da greve e do movimento de insatisfação. Entre 1914 e 1919, o custo de vida aumentou 49%, segundo Albert (1988, p. 262), o que não difere dos dados apresentados por Delfim e mostrados acima. Quanto à inflação dos preços dos alimentos, a resposta do governo foi lenta e, em alguns casos, tardia. Somente quando a onda de inconformismo explodiu, alguma coisa foi feita pelos governos estadual e municipal, como controle de preços, controle dos especuladores, criação de “feiras livres” com produtos vindos diretamente das roças produtoras, sem passar pelos atravessadores. Em São Paulo, as “feiras livres ou francas” já tinham começado a operar em 1914, mas foram insuficientes para evitar os especuladores e as escalada de preços. Durante a greve geral de 1917, Washington Luiz, prefeito da cidade, comprometeu-se a aumentar o número de feiras livres e a controlar os preços (LOPREATO, 2000, p. 60). De acordo com Albert (1988, p. 265), algumas ações foram desencadeadas depois da greve geral, como a determinação de preços máximos para velas, carvão, farinha de trigo, arroz, feijão, carne seca e querosene, anunciada pelo recém-criado

Comissariado da Administração Pública dos Alimentos no Rio de Janeiro, em 1918; em Porto Alegre, o governo fez algo similar.

A onda de greves que percorreu as principais cidades em 1917 e 1919 deveu-se a um conjunto de causas, e não exclusivamente ao aumento do custo de vida e dos preços.

Por três dias, 11, 12 e 13 de julho de 1917, a cidade de São Paulo foi completamente paralisada. Era a Greve Geral, iniciada com a greve dos trabalhadores têxteis do Cotonifício Rodolfo Crespi, que reivindicavam aumento salarial e melhorias nas condições de trabalho (ALBERT, 1988, p. 266-267). De uma greve aparentemente localizada, o movimento alastrou-se, após a morte do jovem sapateiro espanhol de 21 anos, José Iniguez Martinez, baleado pela força policial na frente da fábrica de tecidos Mariângela, cujos trabalhadores iniciavam uma paralisação em solidariedade aos grevistas da Crespi. A repressão policial foi implacável, violenta. Na noite do dia 9 de julho, militantes anarquistas e socialistas juntaram-se e formaram o Comitê de Defesa Proletária (CDP), que passou a coordenar o movimento grevista. A comoção da população pela morte do jovem operário foi canalizada para a grande manifestação de repúdio à violência policial e patronal, organizada pelo CDP. Para a cerimônia fúnebre, organizou-se um cortejo que saiu do Brás, da residência do operário morto, seguiu pelas principais ruas do centro da cidade. Aos poucos, o cortejo foi sendo engrossado pela população, que passou a se integrar o protesto. Após três horas e meia, o cortejo fúnebre chegou ao cemitério do Araçá, com uma multidão de 10 mil pessoas (LOPREATO, 2000, p. 29). As imagens fotográficas feitas pela revista *A Cigarra*, não desmentem. É uma massa compacta, envergando bandeiras vermelhas com palavras de ordem. Nunca, antes, a burguesia, a classe média e o governo paulista viram algo semelhante. Nesse dia 11 de julho, as adesões ao movimento contabilizaram 54 fábricas paralisadas e 20 mil grevistas (LOPREATO, 2000, p. 38).

Uma mistura de espontaneidade, comoção pela morte do jovem operário e organização marcou os acontecimentos. A militância operária anarquista e socialista não se fez ali naqueles dias. Desde o final do século XIX, o movimento libertário (anarquista) vinha se constituindo em liderança das lutas dos trabalhadores paulistas. Em 1906, os anarquistas organizaram o primeiro congresso operário; em 1907, lideraram a greve geral pelo estabelecimento da jornada de 8 horas para todo o operariado. Apesar de toda a repressão policial, da expulsão dos militantes anarquistas, que lutaram em 1907, e da nova lei que agilizou os trâmites legais para a deportação de estrangeiros anarquistas, socialistas, em 1912-1913, a militância refluía, mas não se deixava morrer. Resistia. Entre 1914 e 1916 ocorreram, na cidade de São Paulo, cinco greves,



que contaram com a liderança operária anarquista (ALBERT, 1988, p. 267). Em 1917, no mínimo, três jornais operários estavam em funcionamento: *Avanti* (socialista), *Guerra Sociale* (anarquista) e *A Plebe* (anarquista), mais algumas instituições, uma escola – Escola Nova, mantida pela Liga Operária da Mooca (anarquista) – e dois centros atuantes: Centro Libertário (anarquista) e Centro Socialista de São Paulo. O CDP foi formado por militantes dessas organizações que se uniram para assumir a coordenação do movimento. Os acontecimentos de 1917 não foram meramente espontâneos, movimentos de massa sem direção. Havia uma organização que não se pode negar: o CDP orientou os próximos passos, aglutinou, agiu para evitar a dispersão e negociou as reivindicações com os patrões e com o governo.

Não resta dúvida de que a brutalidade da repressão policial e a morte trágica do jovem operário contribuíram para insuflar a revolta. O saldo final foram três mortes, 47 feridos e 2 mil presos (LOPREATO, 2000, p. 53).

A multidão que aparece nas fotografias não foi levada pelas ideias anarquistas, socialistas, mas pela experiência concreta vivida dentro e fora da fábrica; pelo descaso dos patrões com as condições de trabalho, pelo descaso dos governantes pelas condições de vida. Parece que aquela multidão queria mostrar, para aqueles que não queriam ver, que a exploração havia chegado ao seu limite. O descontentamento foi generalizado e desafiou a elite a reconhecer e a mudar de atitude com os trabalhadores.

As principais reivindicações constantes na greve geral – aumento salarial, melhorias condições de trabalho, jornada de trabalho de oito horas diárias, regulamentação do trabalho da mulher e do menor, férias, remuneração para o descanso semanal (domingo), direito de associação e liberdade para a formação de sindicatos – passaram a figurar na agenda de discussões para a elaboração das leis trabalhistas. Inaugurava-se uma nova relação entre burguesia, trabalhadores e Estado. De uma postura de negação à questão do trabalho passou-se a uma aceitação comedida, mas que reconhecia a necessidade de ceder e regulamentar as relações entre trabalho e capital.

Considerações finais

A guerra rompeu com o mundo construído no século XIX. Para Hobsbawm (1988, p. 19),

[...] agosto de 1914, é uma das “rupturas naturais” mais inegáveis da história. Foi sentido como o fim de uma era em seu tempo, e ainda o é. [...] se há datas que obedecem a algo mais que à necessidade de periodização, agosto de 1914 é uma delas:

foi considerada o marco do fim do mundo feito por e para a burguesia. Assinala o fim do 'longo século XIX [...]

A sociedade brasileira não ficou imune a essas transformações. Viu-se deslocada para um novo sistema de influência econômica, social e cultural, cujo centro passou a ser ocupado pelos Estados Unidos.

Em 1917, a exposição de Anita Malfatti saudou a ruptura cultural com o academicismo. Ao pintar o homem amarelo, a artista denunciava a morte do olhar romântico diante das atrocidades da guerra e da destruição das coisas e dos homens. A exposição foi o primeiro passo em direção ao movimento modernista e da Semana de Arte Moderna de 1922, que teve, na figura de Graça Aranha, o responsável pelo discurso de abertura, agora não mais para falar do pangermanismo, do perigo do expansionismo germânico, pois este fora varrido pelos aliados, mas para propor a construção da identidade nacional da cultura e estética nacionalistas.

Sobre o polêmico tema do impacto da guerra sobre o crescimento industrial, as evidências comprovam que houve crescimento do produto industrial, mas limitado, em razão da principal característica da indústria brasileira: dependência tecnológica dos países desenvolvidos, uma vez que as empresas locais não produziam máquinas e equipamentos e insumos básicos. Os anos bélicos expuseram esta deficiência e mostraram a necessidade de realizar esforços para cobrir os vazios da estrutura industrial, completando a cadeia produtiva. Mas tal esforço começaria a ser feito pela iniciativa privada, com um forte apoio do Estado, somente na década de 1920, com a instalação da siderurgia de alto forno, da produção de carvão, de cimento, da fabricação de máquinas têxteis, etc.

Não se promoveu a ruptura definitiva com o modelo de desenvolvimento primário exportador. Ao contrário, ao encerrar a guerra, o setor primário exportador saiu mais fortalecido. O café recuperou seu preço no mercado internacional, e as plantações expandiram, levando à superprodução e à necessidade de uma terceira operação de valorização em 1921. Por fim, em 1924, os cafeicultores e os grandes comerciantes pressionaram o governo para a criação da política de valorização permanente do café. Necessariamente, a política de compra, permanentemente, da produção cafeeira em excesso pelo governo garantiu renda ao setor cafeeiro, eliminou o risco e estimulou a expansão das plantações. Essa política levaria à crise de superprodução, que, coincidindo com a crise internacional de 1929, poria o ponto final na economia primária exportadora e na economia cafeeira, encerrando, de fato, os cem anos de domínio da cafeicultura.

O grande saldo da greve geral de 1917 foi transformar as manifestações daqueles dias de julho de 1917 em forte ameaça à paz da burguesia e do Estado, que se viram forçados a reconhecer que o crescimento industrial produziu crescimento da classe trabalhadora. Foram forçados a reconhecer o esgotamento da forma como a questão do trabalho era tratada, à base da repressão policial e da deportação dos “indesejáveis”. Em 1917, a luta da classe trabalhadora impôs o reconhecimento da necessidade de regulamentação do trabalho.

Referências Bibliográficas

- ALBERT, Bill. *South America and the first world war. The impact of the war on Brazil, Argentina, Peru and Chile*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988. (Coleção Cambridge Latin America Studies, 65).
- ALONSO, Wladimir J., SCHUCK-PAIM, Cynthia, SHANKS, G. Denis e ALMEIDA, Francisco Eduardo Alves de. A alta mortalidade da pandemia espanhola na Divisão Naval em Operações de Guerra em 1918. *Revista Navigator* 17, maio, 2013, p.11-21.
- BARBOSA, Ruy. Brasil- Alemanha. *Revista do Brasil*, São Paulo, v. IV, n. 16, abr. 1917, p. 512-519.
- BARRETO, Fernando de Mello. Da Primeira Guerra Mundial à Liga das Nações. In: SILVA, Raul Mendes. *Missões de paz: A diplomacia brasileira nos conflitos internacionais*. Rio de Janeiro: Log On, 2003
- CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado: a temível cilada berlineza da partida nulla*. Rio de Janeiro: Garnier, 1917.
- CORDEIRO, Simone Lucena. (Org.). *Os cortiços de Santa Ifigênia: sanitarismo e urbanização*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.
- DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. 2. ed. São Paulo: Difel, 197-.
- DELFIN NETTO, Antonio. *O problema do café no Brasil*. São Paulo: IPE-USP, 1981.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 12. ed. São Paulo: Nacional, 1974.
- GRAÇA ARANHA, José Pereira. Prefácio. In: CHÉRADAME, André. *O plano pangermanista desmascarado: a temível cilada berlineza da partida nulla*. Rio de Janeiro: Garnier, 1917.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. Redemoinhos da Atlântida (1915-1920). *História Revista – Faculdade de História e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, Goiânia*, v. 16, n. 1, p. 133-149, jan./jun. 2011.
- HOBBSBAM, Eric J. *A era dos Impérios 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LOPREATO, Christina Roquette. *O espírito da revolta. A greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: FAPESP/Annablume, 2000.

- MAGALHÃES, Marionilde Dias Brepohl. *Alemanha, mãe-pátria distante: utopia pan-germanista no sul do Brasil*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 1993.
- PIRES, Lívía Claro. A Liga Brasileira pelos Aliados e o Brasil na Primeira Guerra Mundial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 26., jul., 2011, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2011.
- PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000. V. 1. p. 71-136.
- REVISTA DO BRASIL. São Paulo, v. I, n. 4, abr. 1916; v. IV, n.14, fev. 1917; v. VI, n. 23, nov. 1917.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *Condições do trabalho na indústria têxtil paulista (1880-1930)*. São Paulo: Hucitec; Unicamp, 1988.
- RIBEIRO, Maria Alice Rosa. *História sem fim... inventário da saúde pública. São Paulo, 1880-1930*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.
- SUZIGAN, Wilson; SZMRECSÁNYI, Tamás. Os investimentos estrangeiros no início da industrialização do Brasil. In: SILVA, Sergio; SZMRECSÁNYI, Tamás.(orgs) *História Econômica da Primeira República*. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 1996.
- SIMONSEN, Roberto Cochrane. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional; Editora da USP, 1973.
- SUZIGAN, Wilson. *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec; Unicamp, 2000.
- VERSIANI, Flávio Rabelo; VERSIANI, Maria Teresa R. O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, Flávio Rabelo; BARROS, José Roberto Mendonça de (Org.). *Formação econômica do Brasil*. A experiência da industrialização. São Paulo: Saraiva, 1977.
- VILLELA, Annibal Villanova; SUZIGAN, Wilson. *Política do governo e crescimento da economia brasileira. 1889-1945*. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001.
- WALDMAN, Thaís Chang. *Moderno bandeirante. Paulo Prado entre espaços e tradições*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2009.

Sites Consultados

- <http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=IND03800&t=pessoal-empregado-industria-datas-inqueritos-industriais> Acesso em: 11 dez. 2013
- <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=4&uf=00> Acesso em: 11 dez. 2013